

3 de fevereiro de 2012

Resultados consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2011

DESTAQUES

- Rácio Core Tier I, situou-se em 9,4% em 31 de dezembro de 2011;
- Resultado líquido consolidado negativo de 786,2 milhões de euros em 2011, influenciado sobretudo pelo aumento de dotações para imparidade do crédito e de outros ativos financeiros e pelos custos associados à transferência parcial de responsabilidades com pensões para a Segurança Social;
- Resultado líquido da atividade internacional duplicou, potenciado pelos aumentos dos resultados das subsidiárias na Polónia (+43%), Moçambique (+51%) e Angola (+52%), em moeda local;
- Margem financeira cresceu 4,1% face a 2010, beneficiando tanto da atividade em Portugal (+1,5%) como da atividade internacional (+9,0%);
- Recursos de balanço de clientes aumentaram 3,3% para 53.060 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, potenciados pelos depósitos de clientes;
- Depósitos de clientes aumentaram 4,2%, ascendendo a 47.516 milhões de euros; depósitos de clientes em Portugal com um crescimento de 7,2% face a 31 de dezembro de 2010;
- Carteira de crédito diminuiu 6,4%, totalizando 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011; crédito a clientes em Portugal reduziu 7,4% face ao final de dezembro de 2010;
- Rácio de transformação de depósitos em crédito evoluiu favoravelmente para 145% em 31 de dezembro de 2011 (164% em igual data de 2010);
- Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 4,5%, traduzindo a atual envolvente económico-financeira, e o rácio de cobertura situou-se em 109,1%.

Lisboa, 3 de fevereiro de 2012

Atividade económica
abrandou no quarto
trimestre, em particular
na Área do Euro

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O recrudescimento e a disseminação dos efeitos sistémicos da crise da dívida soberana da Área do Euro, a aversão ao risco persistente e o abrandamento no comércio internacional continuaram a afetar a economia mundial, em particular na União Europeia. Os EUA constituíram exceção, tendo beneficiado da recuperação no emprego e correspondente impulso no consumo privado. A evolução recente dos indicadores coincidentes de atividade sugere alguma estabilização económica. Porém, as projeções continuam condicionadas pela elevada incerteza relacionada com o endividamento excessivo das economias desenvolvidas e com a sustentação dos processos de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento. O arrefecimento da atividade económica e a diminuição das pressões inflacionistas permitiram a manutenção - e em alguns casos o reforço - de políticas monetárias de estímulo à atividade económica.

Intensificação do clima
de aversão ao risco e do
impacto sistémico da
crise da dívida europeia

Na Área Euro, o clima de aversão ao risco predominou mas não de forma uniforme. A deterioração da conjuntura económica, as reduções de *rating* de dívida soberana, e respetiva repercussão em emitentes relacionados como os bancos, e a incerteza quanto ao desfecho da reformulação do quadro institucional europeu suportaram o alargamento dos spreads de crédito, acentuaram a procura por aplicações financeiras em países classificados com melhor qualidade de *rating* e conduziram a uma depreciação do euro para níveis inferiores a 1,30 dólares. O mercado de ações registou um desempenho distinto e mais favorável, tendo beneficiado da divulgação de resultados empresariais superiores ao esperado e da revisão dos parâmetros de política monetária. Porém, esta recuperação foi insuficiente para anular as perdas acumuladas ao longo de 2011.

BCE desceu a taxa
principal de
refinanciamento para 1%
e alargou os prazos de
cedência de liquidez

Perante a progressão do ciclo vicioso entre risco soberano, sistema bancário e financiamento da economia e a crescente disfuncionalidade do mercado interbancário europeu, o BCE reduziu as taxas de juro para 1%, alargou os prazos de cedência de liquidez ao sistema bancário até três anos, diminuiu o rácio de reservas mínimas obrigatórias para metade, suavizou os critérios de aceitação de colateral, retomou o programa de aquisição de obrigações hipotecárias e manteve a compra de dívida pública em mercado secundário. Com este conjunto de medidas, que prevalecerá pelo menos nos primeiros meses de 2012, o risco de liquidez dos bancos europeus e a tensão sobre os mercados de dívida soberana de alguns estados membros poderão diminuir.

Reformulação dos mecanismos de estabilização financeira e de controlo orçamental na União Europeia

Agravamento do ciclo recessivo em Portugal com forte retração do consumo privado

Negócio bancário afetado por contexto económico desfavorável, instabilidade nos mercados financeiros e requisitos adicionais de capital

Economias de Leste e de África resilientes não obstante o aumento dos riscos para o crescimento

A resolução da crise da dívida soberana europeia depende da recuperação da confiança dos investidores na sustentabilidade das contas públicas. A reformulação dos mecanismos de governação da UEM não acolheu unanimidade entre os estados da União, pelo que não terá forma de novo Tratado mas força de acordo intergovernamental. Este acordo engloba novas métricas de controlo orçamental, maior coesão e controlo bilateral, mecanismos de correção automática de desvios e cláusulas de salvaguarda que mitiguem o risco da pró-ciclicidade perversa inerente à aplicação de regras tão restritivas. Os mecanismos europeus de assistência financeira foram reforçados e antecipados e prossegue a renegociação da dívida grega com os credores privados.

A contração da economia portuguesa em 2011 estima-se em 1,6%, inferior ao inicialmente antecipado mas com uma dinâmica progressivamente negativa. Os desvios na execução orçamental e as reclassificações nas administrações públicas exigiram a adoção de medidas excecionais para o cumprimento das metas orçamentais estabelecidas no programa de ajustamento. Entre outras, a transferência dos fundos de pensões dos bancos para o estado terá permitido alcançar um défice público bastante inferior ao exigido mas não resolveu o desequilíbrio estrutural subjacente. Transitam para 2012 responsabilidades acrescidas que exigem grande disciplina na disposição dos fundos públicos e que penalizam a condição financeira das famílias e das empresas, prevendo-se um agravamento da conjuntura recessiva por retração da procura interna.

A incerteza económica e financeira tem prejudicado o desempenho do sistema bancário nacional - redução dos volumes de negócio, deterioração dos indicadores de qualidade do crédito, quebra na rendibilidade - e tem dificultado o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido na captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e identificação de segmentos de negócio mais competitivos, crucial para, em simultâneo, se conseguir cumprir com as metas de desalavancagem e suportar o crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento.

O crescimento dos países na Europa de Leste manteve-se a bom ritmo durante 2011 com o processo de retoma previsto para 2012 a ser também influenciado pela moderação do crescimento na União Europeia. A normalização da produção petrolífera em Angola e o desenvolvimento previsto dos designados “megaprojectos” relacionados com matérias-primas de base em Moçambique deverão suportar crescimentos económicos robustos em 2012, contribuindo para a estabilização económica e elevar o nível de “bancaização” nestes países.

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros		Var.
	31 dez. 11	31 dez. 10	11 / 10
Balanço			
Ativo total	93.545	98.547	-5,1%
Crédito a clientes (bruto)	71.533	76.411	-6,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.530	67.596	-3,1%
Recursos de balanço de clientes	53.060	51.342	3,3%
Depósitos de clientes	47.516	45.609	4,2%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	145%	164%	
Resultados			
Resultado líquido	(786,2)	344,5	
Margem financeira	1.579,3	1.516,8	4,1%
Produto bancário ⁽³⁾	2.569,6	2.902,4	-11,5%
Custos operacionais ⁽⁴⁾	1.634,2	1.543,2	5,9%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	1.331,9	713,3	86,7%
Outras imparidades e provisões	743,3	227,8	226,3%
Impostos sobre lucros			
Correntes	66,9	54,2	23,4%
Diferidos	(506,4)	(39,8)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,6%	3,0%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁵⁾	-0,7%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	-1,2%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-20,4%	9,8%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	-26,1%	10,6%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	6,2%	4,5%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	1,4%	1,2%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	10,1%	7,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	5,5%	4,0%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	109,1%	109,4%	
Rácios de eficiência ^{(2) (6)}			
Custos operacionais / Produto bancário	58,4%	54,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	59,9%	48,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	31,9%	29,0%	
Capital			
Fundos próprios totais	5.313	6.116	
Riscos ponderados	55.254	59.564	
Rácio Core Tier I	9,4%	6,7%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	8,8%	9,2%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,6%	10,3%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	885	892	-0,8%
Atividade internacional	837	852	-1,8%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	9.959	10.146	-1,8%
Atividade internacional	11.549	11.224	2,9%

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2011 e 2010, refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal).

(4) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(5) Com base no resultado antes de impostos e interesses que não controlam.

(6) Exclui impacto de itens específicos.

Na apresentação dos resultados de 2011, o Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Carlos Santos Ferreira, começou por salientar que neste exercício, o setor bancário português foi particularmente afetado pelo agravamento da crise da dívida soberana e pela envolvente de austeridade. Contudo, o Millennium bcp evidenciou a sua robustez ao ultrapassar, com êxito, os testes de esforço europeus e ao cumprir com as exigências de regulamentação europeias, em matéria de capital e liquidez.

Face à conjuntura de mercado, o Millennium bcp procedeu a uma redefinição das principais linhas de atuação, que se traduziu no reforço da solidez e solvabilidade do Banco e na gestão do processo de desalavancagem com o propósito de redução das necessidades de financiamento. Das diversas iniciativas enquadradas nos vetores estratégicos salienta-se:

i) A operação de *liability management* sobre ações preferenciais, concluída em outubro, o processo de *deleveraging* e o reforço de colaterais financeiros, que, entre outras medidas implementadas no âmbito do plano de capital definido pelo Banco, permitiram um reforço do rácio Core Tier I. No final de 2011 este rácio ascendeu a 9,4%, o valor mais alto de sempre.

ii) As iniciativas de *repricing* da carteira de crédito e o enfoque no crescimento de recursos de balanço traduziram-se na redução do gap comercial em 7,8 mil milhões de euros. O crédito a clientes diminuiu 6,4% enquanto que os depósitos subiram 4,2%, com particular destaque para a atividade doméstica onde cresceram 7,2%, face a 31 de dezembro de 2010;

iii) A expansão do projeto ActivoBank, que inaugurou oito Sucursais em 2011, consolidando assim o lugar cimeiro que o banco ocupa no mercado nacional na área de inovação;

iv) O enfoque na prestação de um serviço de excelência com o índice de satisfação dos Clientes a atingir o valor mais elevado (81,2 pontos de índice), desde a criação da marca Millennium.

Em 2011, o resultado líquido consolidado foi negativo em 786 milhões de euros, penalizado por fatores extraordinários com um impacto total de 972 milhões de euros. Entre estes eventos não recorrentes, destaque para o provisionamento da dívida pública grega e dívida soberana portuguesa, reconhecimento de imparidade relativa ao restante goodwill da Grécia, o custo relativo à transferência do fundo de pensões e o reforço das dotações para imparidades de crédito, resultante do Programa Especial de Inspeções realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Apesar destes eventos negativos com caráter extraordinário, importa realçar o bom desempenho do Grupo em várias áreas, sendo de sublinhar:

i) O crescimento da margem financeira, quer em Portugal quer nas operações internacionais, tendo subido 4,1% em termos consolidados e 9,0% na atividade internacional, face a 2010;

ii) A continuada redução dos custos operacionais que diminuíram 2,3%, em termos consolidados, excluindo o efeito de eventos não recorrentes, e evidenciaram uma redução na atividade internacional onde caíram 3,9% não obstante os planos de expansão em curso e abertura de sucursais nas operações africanas;

iii) O desempenho positivo do plano de liquidez, tendo-se verificado uma redução da exposição ao BCE em 2,2 mil milhões de euros face a dezembro de 2010.

No âmbito das operações internacionais, o Presidente realçou:

- i) O importante contributo do resultado líquido proveniente do exterior, que passou de 51,8 milhões de euros em 2010 para 122,7 milhões de euros em 2011, com especial relevo para as operações polaca e africanas que evidenciaram um crescimento de 49,7% e apresentaram lucros históricos;
- ii) Os bons resultados da Polónia, que em 2011 registou um resultado líquido de 113,3 milhões de euros, impulsionado pelo aumento dos proveitos e diminuição do custo do risco;
- iii) A prossecução dos planos de expansão em África, tendo o Millennium Angola terminado o ano com 61 balcões, o que possibilitou a cobertura da totalidade das províncias angolanas, e o Millennium bim ultrapassado a marca de um milhão de Clientes ativos. No seu conjunto, estas operações registaram um resultado líquido de 122,8 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 60,8% face a 2010.

O Presidente concluiu a sua intervenção realçando os esforços empreendidos com vista à execução das medidas acordadas no âmbito do programa de assistência financeira internacional estabelecido com as autoridades portuguesas, tendo salientado a redução do rácio de transformação do Banco, a redução da exposição do Grupo ao Banco Central Europeu, apesar das condições de refinanciamento exigentes, e o plano de capitalização definido que permitirá cobrir as necessidades de capital exigidas pelas novas regras regulatórias.

RESULTADOS E ACTIVIDADE EM 2011

Dada a alienação da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia (atual Fibabanka, Anonim Sirketi), em 27 de dezembro de 2010, e a venda da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respetiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, em 15 de outubro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não são diretamente comparáveis, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transações nos resultados e na situação patrimonial do Grupo em virtude da reduzida dimensão daquelas operações no contexto da atividade consolidada.

Adicionalmente, no final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela *International Accounting Standard (IAS) 19* Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, para efeitos comparativos.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp foi negativo em 786,2 milhões de euros em 2011, comparando com o lucro de 344,5 milhões de euros em 2010 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística), influenciado por fatores excecionais negativos relacionados com o reforço de dotações para imparidade do crédito, pelo reconhecimento de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, pelo aumento das dotações para imparidade de outros ativos financeiros, pelo efeito da transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e a pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social e pelo *mark-to-market* da dívida pública Portuguesa.

O resultado líquido de 2011 inclui o impacto do reforço de dotações para imparidade do crédito na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas e efetuado aos maiores grupos bancários portugueses, no montante de 270,5 milhões de euros líquido de impostos, o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* do Millennium bank na Grécia, de 147,1 milhões de euros (valor igual ao montante reconhecido em 2010), o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no valor de 345,7 milhões de euros líquido de impostos, e a contabilização em custos com o pessoal dos encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, de 117,0 milhões de euros líquido de impostos.

Adicionalmente, o resultado líquido de 2011 reflete o registo de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa, de 90,9 milhões de euros líquido de impostos (13,2 milhões de euros líquido de impostos em 2010), a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e de colaboradores relacionadas com o plano complementar, de 31,4 milhões de euros líquido de impostos, e o custo com reformas antecipadas, de 8,7 milhões de euros líquido de impostos (5,3 milhões de euros líquido de impostos em 2010). Em 2010, o resultado líquido incorporou, também, a contabilização do ganho obtido na alienação da participação detida na Eureka, B.V., de 65,2 milhões de euros.

Não obstante, o resultado líquido consolidado foi favoravelmente influenciado pelo aumento da margem financeira, suportado pelos efeitos volume de negócios e taxa de juro positivos, bem como pela redução dos outros gastos administrativos, beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, e pelo menor nível de amortizações do exercício.

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi determinada pelo desempenho observado na atividade em Portugal, na medida em que a atividade internacional registou um aumento dos resultados líquidos. A atividade em Portugal foi condicionada pelos já mencionados impactos, os quais foram atenuados pelo aumento da margem financeira, pela redução dos outros gastos administrativos e pelo menor nível de amortizações do exercício.

O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciado pelo crescimento do produto bancário induzido pelos maiores volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se os resultados líquidos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

A **margem financeira** aumentou 4,1%, totalizando 1.579,3 milhões de euros em 2011, face aos 1.516,8 milhões de euros apurados em 2010, suportado pelo efeito taxa de juro favorável e pelo efeito volume positivo.

O efeito taxa de juro favorável beneficiou sobretudo do desempenho evidenciado pela carteira de crédito a clientes, alicerçado na prossecução de iniciativas focadas na adequação do preço ao custo do risco das operações contratadas com clientes, e também, embora em menor escala, do efeito positivo relacionado com a carteira de ativos financeiros, não obstante a superior remuneração dos depósitos de clientes e a subida das taxas de juro dos títulos de dívida emitida e passivos financeiros.

Por seu turno, o efeito volume de negócios positivo beneficiou, por um lado, do aumento do saldo de ativos financeiros, apesar da redução do volume de crédito a clientes, e, por outro, da contração na dívida emitida e passivos financeiros, não obstante o crescimento do saldo de depósitos de clientes, associado aos esforços empreendidos com vista à captação de recursos de balanço junto da base de clientes, no âmbito do processo de desalavancagem e de reforço dos recursos estáveis (*stable funding*) na estrutura de financiamento.

O aumento da margem financeira foi potenciado tanto pela atividade em Portugal, como pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, o crescimento da margem financeira beneficiou do impacto gerado pelas operações com clientes, destacando-se o efeito taxa de juro favorável, suportado pelo ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco dos clientes, não obstante o acréscimo de juros custo relacionados com os depósitos a prazo. Adicionalmente, a margem financeira em Portugal foi potenciada pelo efeito volume positivo, induzido pelo volume de negócios associado a operações com instrumentos financeiros.

Na atividade internacional, a subida da margem financeira foi impulsionada pelo efeito taxa de juro favorável, a par do efeito volume de negócios globalmente positivo, refletindo a evolução positiva do negócio com clientes. O aumento da margem financeira beneficiou da atividade desenvolvida pela generalidade das operações no exterior, destacando-se as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,74% em 2011, que compara favoravelmente com 1,68% apurada em 2010, beneficiando dos desempenhos quer da atividade em Portugal, alicerçado nos esforços de adequação dos preços das operações de crédito contratadas ao perfil de risco dos clientes, não obstante o aumento simultâneo do custo dos depósitos a prazo de clientes, quer da atividade internacional, nomeadamente do Bank Millennium na Polónia e do Millennium bim em Moçambique.

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	dez. 11		dez. 10	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.363	1,67	3.823	1,21
Ativos financeiros	12.247	4,16	9.587	3,53
Créditos a clientes	72.783	4,45	74.644	3,57
	<u>89.393</u>		<u>88.054</u>	
Ativos não correntes detidos para venda	-		818	6,39
Ativos geradores de juros	89.393	4,27	88.872	3,49
Ativos não geradores de juros	7.841		8.497	
	<u>97.234</u>		<u>97.369</u>	
Depósitos de instituições de crédito	19.956	1,71	15.087	1,40
Depósitos de clientes	46.821	2,92	45.386	2,01
Dívida emitida e passivos financeiros	19.732	2,55	25.286	1,53
Passivos subordinados	1.504	3,18	2.254	2,96
	<u>88.013</u>		<u>88.013</u>	
Passivos não correntes detidos para venda	-		740	4,17
Passivos geradores de juros	88.013	2,57	88.753	1,81
Passivos não geradores de juros	3.709		2.825	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.512		5.791	
	<u>97.234</u>		<u>97.369</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,74		1,68

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em dezembro de 2011 e de 2010, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** situaram-se em 789,4 milhões de euros em 2011, comparando com 811,6 milhões de euros em 2010. A evolução das comissões líquidas evidencia o comportamento das comissões relacionadas com os mercados financeiros, parcialmente atenuado pelo desempenho favorável das comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário. Este desempenho das comissões líquidas foi induzido tanto pela evolução da atividade em Portugal, que diminuiu 2,0%, como da atividade internacional, que registou uma diminuição de 4,5%, com destaque das subsidiárias na Grécia e na Suíça, enquanto que no Millennium Bank na Polónia foram influenciadas fundamentalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, não obstante o contributo favorável do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

As comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário foram potenciadas pela diversificação e adaptação das fontes de receitas ao contexto económico-financeiro, derivado do crescimento das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias e com a prestação de serviços bancários diversos, consubstanciando, em parte, o alinhamento do preçário à evolução do negócio bancário, tendo beneficiado do crescimento das comissões relacionadas com a gestão de contas, bem como das comissões associadas à solução “Cliente Frequente”, não obstante o mais fraco desempenho das comissões de *bancassurance*, condicionadas pelo ambiente económico-financeiro adverso. Por seu turno, as comissões relacionadas com os mercados financeiros foram influenciadas pela fraca atividade observada no mercado de capitais, repercutindo-se nas comissões associadas a operações sobre títulos, bem como pelas comissões relacionadas com a gestão de ativos, ambas condicionadas pela persistência de um enquadramento particularmente adverso para a gestão de investimentos financeiros, determinado pela incerteza e pela volatilidade nos mercados financeiros.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	dez. 11	dez. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	184,5	185,3	-0,4%
Crédito e garantias	184,9	178,7	3,5%
<i>Bancassurance</i>	72,7	74,3	-2,2%
Outras comissões	226,6	224,1	1,1%
Subtotal comissões bancárias	668,7	662,4	1,0%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	73,8	96,6	-23,6%
Gestão de ativos	46,9	52,6	-10,9%
Subtotal comissões com mercados	120,7	149,2	-19,1%
Total comissões líquidas	789,4	811,6	-2,7%
Resultados em operações financeiras ⁽¹⁾	207,6	439,4	-52,7%
Outros proveitos de exploração líquidos	(22,7)	31,0	
Rendimentos de instrumentos de capital	1,4	35,9	-96,2%
Resultados por equivalência patrimonial	14,6	67,7	-78,4%
Total outros proveitos líquidos	990,3	1.385,6	-28,5%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽²⁾	38,5%	47,7%	

(1) Inclui em 2010 o ganho de 65,2 milhões de euros obtido na alienação da participação de 2,7% detida na Eureko.

(2) De acordo com Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Os resultados em operações financeiras, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 207,6 milhões de euros em 2011, que compara com os 439,4 milhões de euros apurados em 2010. Esta evolução reflete, em 2011, os impactos resultantes da instabilidade nos mercados financeiros e em particular do agravamento das tensões relacionadas com a crise da dívida soberana na área do euro, que determinaram uma elevada volatilidade e desvalorização da carteira de instrumentos financeiros mais diretamente expostos ao risco de mercado, parcialmente mitigados pelo aumento dos resultados em operações cambiais.

Os resultados em operações sobre títulos, derivados e outros, foram influenciados essencialmente pelos resultados em operações de negociação e de cobertura, em particular pelo registo, em 2011, de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa, no montante de 128,1 milhões de euros (18,0 milhões de euros em 2010), a par dos prejuízos em instrumentos financeiros ao *fair value option*, no montante de 20,6 milhões de euros (ganhos de 204,6 milhões de euros em 2010) e dos impactos de perdas relacionadas com as vendas de operações de crédito, apenas parcialmente contrariados pelos ganhos associados às operações de recompra de emissões próprias.

O comportamento dos resultados em operações financeiras traduz fundamentalmente a evolução da atividade em Portugal, bem como os menores ganhos apurados pelas subsidiárias na Polónia e em Moçambique, não obstante o desempenho globalmente favorável da atividade internacional, nomeadamente ao nível dos resultados em operações sobre títulos.

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de atividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos, registaram perdas líquidas de 22,7 milhões de euros em 2011, comparando com ganhos de 31,0 milhões de euros em 2010. O comportamento dos outros proveitos de exploração líquidos foi fundamentalmente influenciado pela atividade em Portugal, repercutindo o impacto em custos de exploração da contribuição tributária

extraordinária sobre o setor bancário em 2011, no montante de 32,0 milhões de euros, e das perdas resultantes da diminuição de valor de ativos, embora mitigado pelo registo, no primeiro trimestre de 2011, de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões. Na atividade internacional, o menor nível de outros proveitos de exploração apurados pelas subsidiárias na Polónia e na Grécia, mais do que neutralizaram o contributo favorável do Millennium bim em Moçambique.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 1,4 milhões de euros em 2011, comparando com os 35,9 milhões de euros relevados em 2010. Os dividendos registados em 2011 correspondem sobretudo aos rendimentos associados a investimentos do Grupo que integram a carteira de ações e em unidades de participação de fundos de investimento, enquanto que os rendimentos de instrumentos de capital contabilizados em 2010 incorporaram fundamentalmente os dividendos recebidos relacionados com a participação de 2,7% detida na Eureka, B.V., a qual foi alienada em 31 de dezembro de 2010.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, cifraram-se em 14,6 milhões de euros em 2011, comparando com 67,7 milhões de euros em 2010. A evolução dos resultados por equivalência patrimonial foi influenciada fundamentalmente pela apropriação de menores resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, os quais, num contexto de grande incerteza, elevada volatilidade e deterioração das condições nos mercados financeiros, foram especialmente condicionados pelo reconhecimento de perdas por imparidade relacionadas com títulos de dívida soberana e ações em carteira. Todavia, apesar da queda do volume de negócios no setor segurador, o desempenho da Millenniumbcp Ageas revelou-se superior ao do mercado, tanto em termos de provisões matemáticas do ramo Vida, como no conjunto dos ramos Não Vida.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, situaram-se em 1.634,2 milhões de euros em 2011 (1.543,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais incorporam, em 2011, os encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, no montante de 164,8 milhões de euros, a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e de colaboradores relacionadas com o plano complementar, no montante global de 44,2 milhões de euros, e custos com reformas antecipadas, no montante de 12,3 milhões de euros (7,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais, excluindo os impactos anteriormente mencionados, reduziram 2,3%, suportados pelos decréscimos globais de 0,4% nos custos com o pessoal, de 2,9% nos outros gastos administrativos e de 12,8% nas amortizações do exercício, refletindo o controlo rigoroso dos custos que tem vindo a ser empreendido quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, através da implementação contínua de iniciativas visando a racionalização e otimização dos custos operacionais.

O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 58,4% em 2011 (54,1% em 2010). O rácio de eficiência da atividade em Portugal situou-se em 59,9% em 2011 (48,0% em 2010), enquanto que na atividade internacional fixou-se em 56,3% em 2011 (66,8% em 2010).

Na atividade em Portugal, os custos operacionais foram induzidos fundamentalmente pelos custos com o pessoal, que incorporam o conjunto de impactos anteriormente mencionado. Excluindo esses impactos, os custos operacionais da atividade em Portugal reduziram 1,1% face a 2010, repercutindo as poupanças alcançadas na generalidade das rubricas de outros gastos administrativos, bem como o menor nível de amortizações do exercício. Por seu turno, na atividade internacional, a redução dos custos operacionais traduz sobretudo o efeito decorrente da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, ocorrida no final de 2010, o qual mais do que neutralizou os aumentos dos custos operacionais observados nas operações desenvolvidas na Polónia e na Grécia, associados aos planos de redimensionamento da rede de distribuição implementados naqueles mercados, e em Angola e Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso nestas operações e ao reforço da base operacional naqueles mercados como plataforma de crescimento para o continente africano.

Os custos com o pessoal cifraram-se em 953,6 milhões de euros em 2011, comparando com 831,2 milhões de euros em 2010. Os custos com o pessoal incorporam os já mencionados impactos no montante total de 132,9 milhões de euros em 2011 e de 7,2 milhões de euros em 2010. Excluindo aqueles impactos, os custos com o pessoal reduziram 0,4% face ao ano anterior.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal evidenciam o efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América no final de 2010. Os aumentos de custos com o pessoal nas subsidiárias em Moçambique, Angola e Polónia incorporam o efeito do maior número de colaboradores, em particular naquelas primeiras operações, no âmbito do reforço das suas competências e capacidades operacionais. Por seu turno, o Millennium bank na Grécia evidenciou também um aumento dos custos com pessoal induzido pela implementação de medidas de reestruturação e redefinição da atividade, com a diminuição de 258 colaboradores e de 35 sucursais. Estes desempenhos foram, contudo, em parte mitigados pelos menores custos com o pessoal nas subsidiárias na Suíça e na Roménia.

Os outros gastos administrativos reduziram 2,9%, totalizando 584,5 milhões de euros em 2011 (601,8 milhões de euros em 2010), beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, em particular dos gastos relacionados com publicidade, informática, comunicações, rendas e alugueres, conservação e reparação, outros serviços especializados e *outsourcing*.

A redução dos outros gastos administrativos reflete sobretudo a diminuição de 3,8% na atividade em Portugal, favoravelmente influenciada pelos menores gastos em publicidade, outros serviços especializados, *outsourcing*, comunicações, bem como em conservação e reparação. Esta diminuição dos outros gastos administrativos beneficiou do impacto das diversas iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, a par da otimização da rede de distribuição para um total de 885 sucursais em 31 de dezembro de 2011 (892 sucursais no final de 2010), no âmbito do enfoque estratégico numa plataforma multicanal mais envolvente, integrada e transversal, possibilitando a reconfiguração da rede de sucursais e a otimização de recursos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos evidenciaram uma diminuição de 1,7%, suportada fundamentalmente nos menores gastos relacionados com informática, rendas e alugueres e comunicações. Esta redução traduz não só o mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, como também os menores gastos contabilizados pela subsidiária na Grécia, os quais, no conjunto, mais do que neutralizaram os aumentos relevados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique. Na atividade internacional, os outros gastos administrativos refletiram, também, o impacto do redimensionamento da rede de distribuição, evoluindo de 852 sucursais no final de 2010 para 837 sucursais em 31 de dezembro de 2011, nomeadamente na Grécia, Roménia e Polónia, no âmbito da redefinição das operações europeias, não obstante a ampliação da rede de distribuição quer no mercado angolano, quer no moçambicano.

As amortizações do exercício cifraram-se em 96,1 milhões de euros em 2011, que comparam com 110,2 milhões de euros relevados em 2010, beneficiando do menor nível de amortizações apurado na generalidade das rubricas, em particular nas amortizações associadas a ativos tangíveis. A redução das amortizações do exercício foi favoravelmente influenciada quer pela atividade em Portugal, quer pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício diminuíram 12,1% face a 2010, repercutindo, essencialmente, a evolução das amortizações relacionadas com equipamento e imóveis, acompanhando o gradual termo do período de amortizações de investimentos realizados, não obstante o acréscimo de amortizações de *software*.

As amortizações do exercício na atividade internacional registaram uma redução entre 2010 e 2011, tendo sido influenciadas quer pelo já referido impacto da alienação das subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América, quer pela redução do nível de amortizações nas subsidiárias da Polónia, da Roménia e de Moçambique, não obstante os aumentos de amortizações evidenciados pelo Millennium bank na Grécia, relacionado com a amortização dos ativos tangíveis afeto às sucursais encerradas, e pelo Banco Millennium Angola, como resultado dos investimentos realizados no âmbito da estratégia de crescimento orgânico nesta geografia.

CUSTOS OPERACIONAIS

<i>Milhões de euros</i>	dez. 11	dez. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	953,6	831,2	14,7%
Outros gastos administrativos	584,5	601,8	-2,9%
Amortizações do exercício	96,1	110,2	-12,8%
	<u>1.634,2</u>	<u>1.543,2</u>	5,9%
dos quais:			
Atividade em Portugal	1.040,4	925,3	12,4%
Atividade internacional	593,8	617,9	-3,9%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	59,9%	48,0%	

(1) Inclui em 2011 encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social (164,8 milhões de euros), a anulação de provisões relacionadas com pensões (44,2 milhões de euros) e a contabilização de custos relacionados com reformas antecipadas (12,2 milhões de euros). Inclui em 2010 a contabilização de custos relacionados com reformas antecipadas (7,2 milhões de euros).

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) situou-se em 1.331,9 milhões de euros em 2011, comparando com 713,3 milhões de euros em 2010, como resultado da avaliação da carteira de crédito num contexto macroeconómico e financeiro adverso com impacto na deterioração da situação financeira das famílias e das empresas em diversos setores de atividade. A imparidade do crédito (líquida de recuperações) inclui em 2011 um reforço de dotações, no montante de 381,0 milhões de euros, efetuado na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas, efetuado aos maiores grupos bancários portugueses.

A evolução da imparidade do crédito (líquida de recuperações) incorpora o reforço das dotações para imparidade do crédito na atividade em Portugal, induzido pelo impacto do ajustamento relacionado com a inspeção anteriormente referida e pelo comportamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, não obstante a implementação de iniciativas visando atenuar o agravamento dos níveis de incumprimento. Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) foi influenciada pelo maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, em resultado da deterioração da envolvente macroeconómica, na Suíça, refletindo a desvalorização de colaterais financeiros, e, embora em menor volume, em Moçambique e Angola, na sequência da expansão dos volumes de negócios. Por seu turno, as dotações para imparidade do crédito no Bank Millennium na Polónia evidenciaram uma redução face a 2010, beneficiando da melhoria da qualidade da carteira de crédito.

O custo do risco, calculado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 186 pontos base em 2011, que compara com os 93 pontos base relevados em 2010.

As outras imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidade de outros ativos financeiros, para imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, para imparidade do *goodwill*, bem como as dotações para outras provisões.

As outras imparidades e provisões cifraram-se em 743,3 milhões de euros em 2011, que comparam com 227,8 milhões de euros apurados em 2010. O montante de outras imparidades e provisões incorpora o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no montante de 450,9 milhões de euros, e o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* do Millennium bank na Grécia, no montante de 147,1 milhões de euros, no quarto trimestre de 2011, em conformidade com o disposto na IAS 36 e com a política contabilística do Grupo, tendo em consideração o impacto estimado da deterioração da situação económica e financeira da Grécia.

Paralelamente, as outras imparidades e provisões incorporam o comportamento das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação na atividade em Portugal que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, a par do aumento das dotações de provisões associadas a outros compromissos. Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões reduziram na generalidade das subsidiárias, face a 2010, em particular no Millennium bim em Moçambique, no Banco Millennium Angola e no Bank Millennium na Polónia.

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a -439,5 milhões de euros em 2011, montante que compara com 14,3 milhões de euros apurado em 2010. Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 66,9 milhões de euros (54,2 milhões de euros em 2010), líquido do proveito por impostos diferidos no montante de 506,4 milhões de euros (39,8 milhões de euros em 2010). O proveito por impostos diferidos apurado em 2011 respeita, sobretudo, a perdas por imparidade não dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável de 2011 e a prejuízos fiscais apurados no exercício.

BALANÇO

O activo total consolidado totalizou 93.545 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 98.547 milhões de euros relevados em igual data de 2010.

O crédito a clientes (bruto) diminuiu 6,4%, situando-se em 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 76.411 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada pela retração na atividade em Portugal (-7,4%), em simultâneo com o decréscimo verificado na atividade internacional face ao final de 2010, apesar do aumento registado na carteira de crédito do Millennium Bank na Polónia, mitigado pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, do Banco Millennium Angola e da Banca Millennium na Roménia.

O comportamento do crédito a clientes reflete a contração verificada tanto ao nível do crédito a empresas (-9,4%), o qual cifrou-se em 36.728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, como do crédito a particulares (-3,0%), traduzindo, por um lado, o impacto dos esforços da gradual desalavancagem em curso e, por outro, a deterioração da confiança das empresas e das famílias com reflexo na contração do investimento em bens duradouros e conseqüente diminuição da procura de crédito.

A diminuição do crédito a particulares foi determinada pela redução tanto do crédito ao consumo como do crédito hipotecário, enquanto que a retração no crédito a empresas continuou a verificar-se essencialmente nos sectores de atividade tradicionalmente mais dependentes da evolução da procura interna, como nos casos dos serviços, comércio e construção.

Entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, a estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, com o crédito a empresas a representar 51,3% do crédito total concedido, enquanto o crédito a particulares representava 48,7% da carteira de crédito a clientes.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.308	31.036	-2,3%
Crédito ao consumo	4.497	4.846	-7,2%
	<u>34.805</u>	<u>35.882</u>	-3,0%
Empresas			
Serviços	14.802	16.041	-7,7%
Comércio	4.254	4.603	-7,6%
Construção	4.991	5.091	-2,0%
Outros	12.681	14.794	-14,3%
	<u>36.728</u>	<u>40.529</u>	-9,4%
Total	<u>71.533</u>	<u>76.411</u>	-6,4%
Do qual:			
Atividade em Portugal	54.552	58.917	-7,4%
Atividade internacional	16.981	17.494	-2,9%

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 4,5% em 31 de dezembro de 2011 (3,0% em 31 dezembro de 2010), repercutindo a progressiva deterioração da situação económica e financeira das famílias e das empresas com reflexo numa crescente materialização do risco de crédito ao longo de 2011, não obstante o reforço dos mecanismos de prevenção e controlo do risco e os esforços de atuação integrada das áreas comerciais em estreita articulação com as áreas de recuperação de crédito. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 109,1% em 31 de dezembro de 2011, comparando com 109,4% em igual data de 2010, evidenciando níveis de cobertura praticamente estáveis, face ao final de 2010, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

O crédito com incumprimento que, de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, situou-se em 6,2% do crédito total em 31 de dezembro de 2011, comparando com 4,5% apurado na mesma data de 2010. Por seu turno, o crédito em risco, apurado nos termos definidos na mencionada instrução do Banco de Portugal, situou-se em 10,1% do crédito total em 31 de dezembro de 2011.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV>90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	222	257	0,7%	115,7%
Crédito ao consumo	625	550	13,9%	88,1%
	<u>847</u>	<u>807</u>	2,4%	95,3%
Empresas				
Serviços	711	964	4,8%	135,7%
Comércio	385	339	9,1%	88,0%
Construção	658	389	13,2%	59,0%
Outros	595	989	4,7%	166,0%
	<u>2.349</u>	<u>2.681</u>	6,4%	114,1%
Total	3.196	3.488	4,5%	109,1%

Os recursos totais de clientes atingiram 65.530 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 67.596 milhões de euros registados na mesma data de 2010. Esta evolução foi determinada pelo comportamento dos ativos sob gestão e dos produtos de capitalização, não obstante a subida de 3,3% dos recursos de balanço de clientes.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 49.615 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 51.143 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, sublinhando-se, contudo, o acréscimo dos recursos totais de clientes na rede Corporate. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, cifrando-se em 15.915 milhões de euros no final de 2011, determinado fundamentalmente pelo desempenho do Bank Millennium na Polónia, influenciado adicionalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, a par do Millennium Bank na Grécia, apesar dos crescimentos evidenciados pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola, consubstanciando o prosseguimento do enfoque na captação de depósitos de clientes nestes mercados.

Os recursos de balanço de clientes subiram 3,3%, totalizando 53.060 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 51.342 milhões de euros no final de 2010, refletindo especialmente o aumento dos depósitos de clientes (+4,2%), materializando o enfoque na captação e retenção de recursos de balanço, visando a redução do gap comercial e, paralelamente, o aumento gradual da componente de funding do crédito a clientes através dos recursos de balanço.

Os recursos fora de balanço de clientes situaram-se em 12.470 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 16.254 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada pelos desempenhos desfavoráveis tanto dos ativos sob gestão, como dos produtos de capitalização, em 2011, denotando, por um lado, a incerteza e a volatilidade dos mercados de capitais e o conseqüente redirecionamento de poupanças para ativos não sujeitos a flutuações de mercado e de menor risco, e, por outro, o já mencionado enfoque na captação de recursos de balanço de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	47.516	45.609	4,2%
Débitos para com clientes titulados ⁽¹⁾	5.544	5.733	-3,3%
	53.060	51.342	3,3%
Recursos fora de balanço de clientes			
Ativos sob gestão	3.739	4.459	-16,2%
Produtos de capitalização ⁽²⁾	8.731	11.795	-26,0%
	12.470	16.254	-23,3%
Total	65.530	67.596	-3,1%
dos quais:			
Atividade em Portugal	49.615	51.143	-3,0%
Atividade internacional	15.915	16.453	-3,3%

(1) Emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

(2) Inclui Unit linked e Planos poupança reforma.

A carteira de títulos, que representa 13,0% do ativo total, reduziu tanto ao nível dos ativos financeiros detidos até à maturidade, como dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda. Com efeito, os ativos financeiros detidos até à maturidade reduziram 22,3%, cifrando-se em 5.242 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (6.745 milhões de euros no final de 2010), refletindo a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa e o impacto no balanço do reconhecimento de imparidades associadas a títulos de dívida soberana grega, bem como o reembolso de obrigações de emissores privados nacionais. Por seu turno, a carteira dos ativos financeiros detidos para negociação e dos ativos financeiros disponíveis para venda reduziram para 6.919 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (7.709 milhões de euros no final de 2010), como resultado da diminuição progressiva da exposição a dívida pública portuguesa, com incidência nos Bilhetes do Tesouro e outros títulos na medida em que a carteira de Obrigações do Tesouro e de outros emissores públicos foi reforçada em 2011, bem como pela menor exposição a dívida pública da Polónia.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A deterioração do enquadramento macroeconómico e financeiro internacional em 2011, num contexto de recrudescimento e disseminação dos efeitos sistémicos da crise da dívida soberana da área do euro, veio adensar quer os riscos para a estabilidade financeira à escala europeia, quer os desafios colocados à economia nacional e ao sistema financeiro português. Acresce que o Programa de Assistência Económica e Financeira, apesar de contribuir para a mitigação dos riscos para a estabilidade financeira em Portugal, veio introduzir um conjunto de novos desafios ao sistema financeiro nacional, indissociáveis das pressões adicionais sobre os rácios de capital dos bancos e do processo de desalavancagem exigido à economia nacional e ao setor bancário.

Neste contexto, o Millennium bcp colocou especial enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes, contribuindo não só para a concretização dos imperativos de redução do gap comercial e de desalavancagem, como também para o reforço das fontes de financiamento estável (*stable funding*), face à persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso.

Nos primeiros três meses de 2011, o Grupo executou parcialmente o Plano de Liquidez definido para o período, apesar de confrontado com o fecho persistente dos mercados de papel comercial e de capitais, mantendo-se ativo no mercado monetário e interbancário, reduzindo a exposição líquida ao Banco Central Europeu (BCE) e

reforçando a pool de colaterais elegíveis, em particular por via de obrigações hipotecárias do BII no montante de 0,9 mil milhões de euros.

No início de abril, em resposta à emergência da crise política nacional e ao movimento de *downgrade* da notação de *rating* da República Portuguesa e, por contágio, das notações de *rating* dos bancos portugueses, o Millennium bcp procedeu a uma revisão do Plano de Liquidez para 2011, atribuindo particular enfoque à aceleração das metas de desalavancagem e ao reforço da carteira de ativos elegíveis, com efeitos sensíveis no decurso do segundo trimestre do ano, por via, designadamente, da venda seletiva de ativos, da internalização de recursos de clientes fora de balanço e da incorporação de créditos IRB na *pool* de ativos descontáveis junto do BCE.

No terceiro trimestre de 2011, num contexto de recrudescimento das tensões relacionadas com a crise de dívida soberana nos países periféricos da área do euro, o Millennium bcp continuou a efetuar uma gestão de liquidez pró-ativa, de modo a assegurar a satisfação das necessidades de refinanciamento previstas no curto e médio prazo. Neste âmbito, enquadrou-se a integração na pool de ativos elegíveis de duas novas emissões de obrigações concretizadas pelo Banco, uma primeira garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,75 mil milhões de euros, e uma outra de dívida privada, no montante de 500 milhões de euros.

No último trimestre, num cenário de acentuada escassez da oferta no mercado monetário interbancário, o Banco prosseguiu, por um lado, a estratégia de desalavancagem, assente na redução do gap comercial, e, por outro, a redução progressiva da exposição à dívida pública portuguesa, iniciada em junho. Paralelamente, reforçou a carteira de colateral elegível através da emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa, em dezembro de 2011, no montante de 1,35 mil milhões de euros.

A execução rigorosa da política de redução das necessidades de financiamento ao longo do exercício, permitiu reduzir a exposição do Grupo ao BCE para 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (15,3 mil milhões de euros no final de setembro de 2011). Acresce que o Banco alongou a maturidade das suas tomadas junto do BCE, por recurso ao primeiro leilão a três anos instituído no sentido de ceder liquidez ao sistema bancário da área do euro. Por seu turno, em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 16,3 mil milhões de euros.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às sub-classes de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

No final de dezembro de 2011, o rácio Core Tier I consolidado ascendeu a 9,4%, fixando-se acima do valor mínimo definido pelo Banco de Portugal (9,0%) e evidenciando um acréscimo de 36 pontos base face ao rácio proforma de setembro de 2011 (incluindo a operação de *liability management* sobre ações preferenciais finalizada no início de outubro de 2011).

O valor do Core Tier I apurado em 31 de dezembro de 2011 situou-se em linha com o montante proforma relevado em 30 de setembro de 2011, na medida em que a conjugação dos efeitos positivos que resultaram, quer da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais do fundo de pensões quer da neutralização prudencial dos impactos da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social e do programa especial de inspeções, em conformidade com o estipulado nos Avisos do Banco de Portugal n.º 1 a 3/2012, para além da amortização do goodwill do Bank Millennium (Grécia),

que se encontrava deduzido ao Core Tier I, e de outros efeitos da atividade, compensaram os resultados negativos registados no quarto trimestre de 2011.

Os riscos ponderados diminuíram 2.171 milhões de euros no mesmo período, tendo sido favoravelmente influenciados pela extensão da metodologia IRB a exposições de Retalho em Portugal, pela remoção de um *add-on* prudencial imposto pelo Banco de Portugal quando autorizou o tratamento das exposições da classe de risco “Empresas” pelo método IRB e pela alteração da ponderação de risco aplicável às administrações regionais e locais, assim como pelo *deleveraging* em curso e pela manutenção do esforço de otimização de riscos ponderados, nomeadamente no que se refere ao reforço de colaterais.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	30 set. 11 Incluindo operação de <i>Liability Management</i>	30 set. 11
Fundos Próprios			
Core Tier I	5.199	5.199	4.795
Ações preferenciais e “Valores”	173	173	943
Outras deduções (1)	(528)	(573)	(573)
Base	4.844	4.799	5.165
Complementares	606	495	431
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(137)	(133)	(133)
Total	5.313	5.161	5.463
Riscos Ponderados	55.254	57.424	57.424
Rácios de Solvabilidade			
Core Tier I	9,4%	9,1%	8,3%
Tier II	0,8%	0,6%	0,5%
Total	9,6%	9,0%	9,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às sub-classes de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking & Asset Management*.

Caracterização dos segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige e Negócios*; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas do Banco Comercial Português em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento.

A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a atividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM - Banco Internacional de Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. O Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de outubro de 2010) também faziam parte do segmento até à data da sua alienação. Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com exceção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de *Private Banking* de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking*, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Atividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, refletindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade, efetuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e conseqüentemente o capital afeto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se em 2010 e em 2011, o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de Retalho e IRB Foundation para o crédito a empresas, em Portugal, exceto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado. Adicionalmente, foi adotado o método *standard* para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. A afetação de capital a cada segmento, nos exercícios de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

A informação referente a 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada a 2011, exceto no que se refere à componente associada ao Millennium bank na Turquia e ao Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, refletindo a estrutura atual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados refletem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Retalho em Portugal

O Retalho em Portugal registou uma contribuição líquida negativa de 16,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 112,7 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

A evolução da margem financeira em 2011 incorpora o aumento do custo dos depósitos de clientes e a subida da taxa de juro do crédito, a par dos menores proveitos associados ao volume do crédito. A contração da carteira de crédito decorre da seletividade na concessão do crédito e da forte diminuição da procura, com reflexos quer no crédito a particulares quer no crédito a pequenos negócios.

O desempenho dos outros proveitos líquidos em 2011, não obstante o esforço de captação de recursos e a manutenção de elevados níveis de *cross-selling*, foi condicionado pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito, seguros de poupança e *unit-linked*, o qual foi parcialmente compensado pelas comissões referentes a contas à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram um acréscimo em 2011, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras das famílias e das pequenas empresas.

O acréscimo registado nos custos operacionais decorre, essencialmente, do aumento dos custos associados a processos de recuperação de crédito, induzido pelo maior número de processos que estão a ser objeto de acompanhamento com vista à sua regularização.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 8,1% face a 31 de dezembro de 2010, suportados no lançamento de diversas soluções, sendo de destacar o alargamento da oferta de produtos estruturados bem como a oferta de soluções de poupança programada de médio e longo prazo. No entanto, os recursos totais de clientes decresceram 3,2%, ascendendo a 34.992 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 36.133 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução dos seguros de capitalização e dos débitos titulados.

O crédito a clientes atingiu 31.384 milhões de euros no final de dezembro de 2011, reduzindo 6,4% face aos 33.547 milhões de euros contabilizados no final de dezembro de 2010, dando seguimento à estratégia em curso de desalavancagem do balanço e, evidenciando a redução do crédito à habitação, ao crédito ao consumo e a pequenos negócios.

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	485,2	522,3	-7,1%
Outros proveitos líquidos	443,0	452,6	-2,1%
	928,2	974,9	-4,8%
Custos operacionais	685,9	670,3	2,3%
Imparidade	264,5	151,2	74,9%
Contribuição antes de impostos	(22,3)	153,3	--
Impostos	(6,2)	40,7	--
Contribuição líquida	(16,0)	112,7	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.324	1.608	-17,6%
Rendibilidade do capital afeto	-1,2%	7,0%	
Riscos ponderados	13.243	16.076	-17,6%
Rácio de eficiência	73,9%	68,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	31.384	33.547	-6,4%
Recursos totais de clientes	34.992	36.133	-3,2%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede de Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 86,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 11,0 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito, não obstante o acréscimo observado da margem financeira.

O aumento da margem financeira, em 6,5%, evidencia o efeito do acréscimo da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes, que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. O processo de *repricing* das operações de crédito, concretizado em 2011 com o objetivo de adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente, proporcionou uma evolução favorável da taxa de margem financeira do crédito. A contração dos volumes de negócio reflete, por seu turno, quer a dificuldade das empresas gerarem excedentes de tesouraria quer a seletividade crescente na concessão de crédito centrada em empresas que apostam na internacionalização e apresentam uma dinâmica empresarial.

A diminuição dos outros proveitos líquidos, não obstante a prática instituída de comissionar de forma adequada o serviço prestado aos clientes, está associada ao decréscimo das comissões referentes a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões associadas ao crédito a clientes e ao *factoring*.

O acréscimo das dotações para imparidade do crédito, inclui em 2011 o reforço das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao setor da construção e turismo. Com o objetivo de inverter esta tendência têm sido adotadas medidas de redução do risco quer através de um acompanhamento muito próximo dos clientes, quer recorrendo a um reforço dos colaterais associados às operações de crédito.

A diminuição dos custos operacionais encontra-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de otimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 6,4%, totalizando 9.378 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 10.024 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução dos financiamentos, do crédito à promoção imobiliária, do *leasing* e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.609 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 2.982 milhões de euros atingidos em 31 de dezembro de 2010.

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	188,0	176,6	6,5%
Outros proveitos líquidos	81,6	87,6	-6,9%
	269,6	264,2	2,1%
Custos operacionais	58,1	60,1	-3,3%
Imparidade	333,0	189,0	76,2%
Contribuição antes de impostos	(121,5)	15,0	--
Impostos	(35,2)	4,0	--
Contribuição líquida	(86,3)	11,0	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	906	996	-9,0%
Rendibilidade do capital afeto	-9,5%	1,1%	
Riscos ponderados	9.058	9.958	-9,0%
Rácio de eficiência	21,5%	22,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.378	10.024	-6,4%
Recursos totais de clientes	2.609	2.982	-12,5%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida negativa de 63,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 82,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, na sequência do aumento das dotações para imparidade do crédito.

O aumento da margem financeira, em 16,9%, suportado pela Rede Corporate, incorpora o efeito do *repricing* das operações de crédito que visou adequar o *spread* das operações ao risco implícito nas operações e reforçar os mitigantes associados, proporcionando um aumento da taxa de margem do crédito a clientes e permitiu suplantar a redução dos volumes de crédito a clientes.

O aumento dos outros proveitos líquidos deve-se, essencialmente, ao acréscimo das comissões na Rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao crédito concedido a clientes, a contas à ordem, a seguros de risco, a serviços financeiros e a património sob gestão.

O reforço das dotações para imparidade do crédito, inclui em 2011 o aumento das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao setor da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de redução do *gap* comercial, o crédito a clientes diminuiu 7,9%, ao totalizar 12.199 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 13.245 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução dos financiamentos, do *leasing* e do papel comercial.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 27,2% face a 31 de dezembro de 2010, refletindo o esforço comercial na captação de recursos. Os recursos totais de clientes decresceram 3,7%, ascendendo a 10.822 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 11.236 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução observada nos débitos titulados.

Milhões de euros	31 dez.11	31 dez.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	240,9	206,0	16,9%
Outros proveitos líquidos	180,7	159,8	13,1%
	421,7	365,8	15,3%
Custos operacionais	77,7	74,9	3,8%
Imparidade	432,7	178,2	--
Contribuição antes de impostos	(88,7)	112,7	--
Impostos	(25,7)	29,9	--
Contribuição líquida	(63,0)	82,9	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.637	1.608	1,8%
Rendibilidade do capital afeto	-3,8%	5,2%	
Riscos ponderados	16.370	16.082	1,8%
Rácio de eficiência	18,4%	20,5%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.199	13.245	-7,9%
Recursos totais de clientes	10.822	11.236	-3,7%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 67,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 6,7 milhões de euros em 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito apesar do aumento do produto bancário.

O acréscimo da margem financeira em 13,9%, traduz o esforço de implementação do *repricing* das operações de crédito, de forma a refletir o custo do risco e de liquidez proporcionando o aumento da taxa de margem financeira crédito a clientes, não obstante a diminuição dos volumes do crédito a clientes e da taxa de margem dos recursos a prazo.

O aumento dos outros proveitos líquidos em 21,2% decorre, essencialmente, da atividade do Private Banking em Portugal e foi determinado pela subida das comissões relacionadas com património sob gestão e produtos estruturados.

O aumento das dotações para imparidade do crédito resultou da desvalorização de colaterais financeiros e do agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico e financeiro adverso.

O crédito a clientes totalizou 1.288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, decrescendo 7,5% face a 31 de dezembro de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 4.713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 5.804 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2010, suportados na diminuição dos recursos fora de balanço. Dada a volatilidade e incerteza dos mercados, registada ao longo de 2011, tem-se verificado uma maior apetência por parte dos clientes para soluções mais tradicionais e conservadoras em detrimento de produtos estruturados, de fundos de investimento e de gestão discricionária.

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	22,3	19,6	13,9%
Outros proveitos líquidos	27,7	22,8	21,2%
	50,0	42,4	17,8%
Custos operacionais	31,6	31,5	0,5%
Imparidade	113,2	20,4	--
Contribuição antes de impostos	(94,8)	(9,4)	--
Impostos	(27,6)	(2,8)	--
Contribuição líquida	(67,3)	(6,7)	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	64	97	-34,0%
Rendibilidade do capital afeto	-104,5%	-6,8%	
Riscos ponderados	643	975	34,0%
Rácio de eficiência	63,3%	74,1%	
Crédito a clientes	1.288	1.391	-7,5%
Recursos totais de clientes	4.713	5.804	-18,8%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 177,8 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 101,5 milhões de euros apurada no exercício de 2010. O aumento de 75,2% face ao ano anterior foi determinado pela subida do produto bancário, potenciado pelo crescimento dos volumes de negócio e pela redução dos custos operacionais, com destaque para as contribuições líquidas das operações na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O aumento da margem financeira em 23,3% face ao exercício de 2010 foi suportado quer pelo efeito taxa de juro favorável, quer pelo efeito volume dos depósitos de clientes, apesar do impacto resultante das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no final de 2010, destacando-se os desempenhos das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflete, essencialmente, os impactos relevados no exercício de 2010 relacionados com as atividades desenvolvidas nas operações parcialmente alienadas, bem como o desempenho das operações, na Suíça, na Grécia e na Polónia, esta última devido ao efeito cambial.

Os custos operacionais diminuíram 3,9% no exercício de 2011, face ao ano anterior, influenciados pelos custos operacionais relevados em 2010 relacionados com as operações parcialmente alienadas. Esta redução permitiu colmatar os aumentos verificados na Polónia e na Grécia, em parte influenciados pelo redimensionamento da rede de distribuição, e em Angola e em Moçambique, relacionados com a estratégia de expansão em curso.

O aumento das dotações para imparidade, face a 2010, está, essencialmente, associado ao maior nível de provisionamento relevado nas subsidiárias da Grécia e da Suíça parcialmente compensado pela diminuição verificada na Polónia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, totalizando 15.914 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, sendo de destacar o desempenho desfavorável dos ativos sob gestão, não obstante a evolução favorável verificada nas operações em Moçambique e em Angola.

O crédito concedido a clientes decresceu 3,7%, ascendendo a 16.306 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, suportado no crédito a particulares, em que a diminuição evidenciada nas operações nas Ilhas Caimão, na Grécia e na Suíça foi parcialmente compensada pelos aumentos registados em Angola e em Moçambique.

<i>Milhões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	679,2	550,8	23,3%
Outros proveitos líquidos	338,6	365,7	-7,4%
	<u>1.017,8</u>	<u>916,5</u>	11,0%
Custos operacionais	593,8	617,9	-3,9%
Imparidade	198,5	171,0	16,0%
Contribuição antes de impostos	225,5	127,6	76,8%
Impostos	47,7	26,1	82,8%
Contribuição líquida	<u>177,8</u>	<u>101,5</u>	75,2%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.795	1.740	3,2%
Rendibilidade do capital afeto	9,9%	5,8%	
Riscos ponderados	14.285	14.272	0,1%
Rácio de eficiência	58,3%	67,4%	
Crédito a clientes	16.306	16.926	-3,7%
Recursos totais de clientes	15.914	16.453	-3,3%

Nota: Em 2010 a contribuição líquida incluiu as atividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no último trimestre de 2010.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A continuação da implementação das medidas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, nomeadamente através: de um processo contínuo de desalavancagem via redução da carteira de crédito e captação de recursos, que permitam reduzir o gap comercial; da implementação de medidas e avaliação de alternativas para cumprimento dos novos requisitos de solvabilidade; da redução progressiva da exposição a dívida soberana, a par da manutenção do esforço de *repricing*; do controlo rigoroso da base de custos; e da mobilização crescente de toda a organização no esforço de recuperação do crédito constituiu o principal enfoque do Banco no 4.º trimestre de 2011. Merecem saliência durante o 4.º trimestre de 2011:

- Na sequência de um processo de avaliação de diferentes cenários tendo em vista a criação de valor relativamente à operação na Polónia, e tendo abordado minuciosamente várias opções, incluindo as decorrentes de ofertas de aquisição da participação no Bank Millennium que o Banco recebeu, o Banco reafirmou, em 19 de dezembro de 2011, o seu compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium na Polónia.
- Divulgação pelo Banco de Portugal dos primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em maio de 2011. O exercício incidiu sobre créditos no valor de 55,4 mil milhões de euros, cobrindo 72% do total da carteira de crédito do Grupo BCP. Esta avaliação concluiu existir necessidade de reforço de 381 milhões de euros no valor da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo. Este montante corresponde a 0,7% do montante global dos créditos analisados e 16,0% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise.
- Divulgação dos resultados relativos ao exercício de capital proposto pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). Na sequência do exercício de capital conduzido pela EBA em estreita colaboração com o Banco de Portugal, foi identificada uma necessidade de capital no BCP de 2.130 milhões de euros que deverá ser coberta até ao final de junho de 2012.
- Divulgação dos resultados alcançados na operação de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e ações preferenciais, em 7 de outubro de 2011, tendo a oferta registado um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas.
- Reforço da estratégia de proximidade aos Clientes do ActivoBank através da abertura de oito novas sucursais.
- Comemoração do sexto aniversário da rede autónoma de Microcrédito do Millennium bcp, pioneira e líder em Portugal e que tem como o objetivo último a criação do próprio emprego de forma autónoma e pró-ativa. Ao longo destes seis anos de atividade, foram criados 3.371 novos postos de trabalho e o Microcrédito já assessorou cerca de 2.184 projetos de micro empreendedores, correspondentes a um financiamento de 18 milhões de euros.
- Alargamento da cobertura geográfica do Banco Millennium Angola às 18 Províncias de Angola, após a inauguração do balcão de N'dalatando na Província do Kwanza Norte, passando a disponibilizar aos seus Clientes 61 balcões em todo o País.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de importantes distinções no âmbito da qualidade do serviço oferecido aos Clientes: o Banco está entre os melhores na “Newsweek Friendly Banks”, encontrando-se na terceira posição nas categorias “Traditional Customer’s Friendly Bank” e “Best Internet Bank”.
- Reconhecimento do Banco Millennium Angola como “Marca de Excelência”, distinção atribuída pela Superbrands.
- Atribuição da distinção “Melhor Marca de Moçambique no setor bancário” pela GFK.
- “Prémio Ouro”, atribuído ao Millennium bcp, na categoria “Serviços Financeiros e Seguros” dos Prémios Eficácia 2011, com o *case study*/anúncio “Mourinho - Paixão”.
- Patrocínio do *Global Investment Challenge* (GIC), uma competição aberta ao público em geral que permite uma experiência simulada de investimento na Bolsa e promove o aumento do conhecimento

sobre os seus mecanismos e funcionamento, que é organizado pelo Expresso e pela Simuladores e Modelos de Gestão (SDG).

- A Fundação Millennium bcp e a Trienal de Arquitetura de Lisboa assinaram um protocolo com vista à entrega do Prémio Carreira, que visa distinguir um Arquiteto cuja obra se tornou publicamente reconhecida, bem como a entrega do Prémio Concurso Universidades, dirigido às escolas de Arquitetura e de Arquitetura Paisagista de Portugal e no estrangeiro.
- Lançamento da 2.ª Edição do Prémio Microcrédito para Microempreendedores Portadores de Deficiência.
- Reconhecimento do Millennium bcp através do *Engagement Rating* 2011 como uma das empresas portuguesas mais transparentes, na comunicação com os *Stakeholders*, em matéria de sustentabilidade.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* de Portugal de “BBB+” para “BBB-” e da colocação em “Rating Watch Negative” das notações dos bancos portugueses, a Fitch anunciou, em 7 de outubro, ter mantido as principais notações de *rating* para o BCP, designadamente o *rating* de longo e curto prazo (“BBB-/F3”), mantendo o *outlook* em “Rating Watch Negative”.
- A agência de *rating* Moody’s anunciou, em 7 de outubro, ter concluído o processo de revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses iniciada em 15 de julho de 2011, após a redução do *rating* da República de Portugal de “Baa1” para “Ba2”. Neste contexto, a notação da dívida do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi reduzida de “Ba1/NP” para “Ba3/NP” e a notação “Standalone” de “Ba2” para “B1”. As notações de *rating* permanecem com *outlook* “Negativo”.
- Na sequência da revisão do *rating* de Portugal de “BBB(High)” para “BBB”, a agência de *rating* DBRS anunciou em 20 de outubro a confirmação ou revisão das notações de *rating* atribuídas a bancos portugueses. Neste contexto, o *rating* de longo prazo do BCP passou de “BBB (high)” para “BBB”, mantendo “Negative Trend” (idêntico ao da República de Portugal) e o *rating* de curto prazo foi confirmado em R-2 (high) com “Negative Trend”.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa de “BBB-”, para “BB+” a Fitch anunciou em 25 de novembro que procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), foi reduzida de “BBB-” para “BB+” e removida de “Rating Watch Negative”, passando a ter Outlook negativo, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “F3” para “B” e removida de “Rating Watch Negative”.
- Na sequência da revisão dos critérios da notação de *rating* para os bancos portugueses, a Standard & Poor’s (S&P) anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses em 16 de dezembro de 2011. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), foi reduzida de “BBB-” para “BB” enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “A-3” para “B” e removida de “Rating Watch Negative”.

Acontecimentos posteriores ao final de 2011:

- Comunicação do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que informou que lhe foi transmitido que Nuno Amado aceitou o convite de acionistas para, na qualidade de Presidente Executivo do Banco Comercial Português, S.A, integrar uma lista a ser submetida a uma próxima Assembleia Geral.
- Na sequência da revisão da notação de *rating* de Portugal de “BBB” para “BBB(low)”, a agência de *rating* DBRS, em 31 de janeiro de 2012, reduziu a notação de *rating* do Banco Comercial Português, S.A. de “BBB” para “BBB(low)” em relação à dívida sénior de Longo prazo & depósitos e de “R-2(high)” para “R-2(mid)”, no que respeita à notação de *rating* de Curto prazo & depósitos. A tendência mantém-se negativa.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2010 e 2011 foram objeto de uma auditoria efetuada pelos Auditores Externos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	2011	2010
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	4.060.136	3.477.058
Juros e custos equiparados	<u>(2.480.862)</u>	<u>(1.960.223)</u>
Margem financeira	1.579.274	1.516.835
Rendimentos de instrumentos de capital	1.379	35.906
Resultado de serviços e comissões	789.372	811.581
Resultados em operações de negociação e de cobertura	204.379	367.280
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	3.253	72.087
Outros proveitos de exploração	<u>(22.794)</u>	<u>17.476</u>
	2.554.863	2.821.165
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>26.974</u>	<u>16.550</u>
Total de proveitos operacionais	2.581.837	2.837.715
Custos com o pessoal	953.649	831.168
Outros gastos administrativos	584.459	601.845
Amortizações do exercício	<u>96.110</u>	<u>110.231</u>
Total de custos operacionais	<u>1.634.218</u>	<u>1.543.244</u>
	947.619	1.294.471
Imparidade do crédito	(1.331.910)	(713.256)
Imparidade de outros activos financeiros	(468.066)	(10.180)
Imparidade de outros activos	(128.565)	(71.115)
Imparidade do goodwill	(160.649)	(147.130)
Outras provisões	<u>13.979</u>	<u>635</u>
Resultado operacional	(1.127.592)	353.425
Resultados por equivalência patrimonial	14.620	67.661
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>(26.872)</u>	<u>(2.978)</u>
Resultado antes de impostos	(1.139.844)	418.108
Impostos		
Correntes	(66.858)	(54.158)
Diferidos	<u>506.404</u>	<u>39.814</u>
Resultado após impostos	<u>(700.298)</u>	<u>403.764</u>
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	(786.151)	344.457
Interesses que não controlam	<u>85.853</u>	<u>59.307</u>
Lucro do exercício	<u>(700.298)</u>	<u>403.764</u>
Resultado por acção (em euros)		
Básico	(0,13)	0,05
Diluído	(0,13)	0,05

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 1 de janeiro de 2010

	2011	2010	1 jan 2010
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.115.945	1.484.262	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.577.410	1.259.025	839.552
Aplicações em instituições de crédito	2.913.015	2.343.972	2.025.834
Créditos a clientes	68.045.535	73.905.406	75.191.116
Activos financeiros detidos para negociação	2.145.330	5.136.299	3.356.929
Activos financeiros disponíveis para venda	4.774.114	2.573.064	2.698.636
Activos com acordo de recompra	495	13.858	50.866
Derivados de cobertura	495.879	476.674	465.848
Activos financeiros detidos até à maturidade	5.241.963	6.744.673	2.027.354
Investimentos em associadas	305.075	395.906	437.846
Activos não correntes detidos para venda	1.104.650	996.772	1.343.163
Propriedades de investimento	560.567	404.734	429.856
Outros activos tangíveis	624.599	617.240	645.818
Goodwill e activos intangíveis	251.266	400.802	534.995
Activos por impostos correntes	52.828	33.946	24.774
Activos por impostos diferidos	1.545.227	975.676	790.914
Outros activos	1.790.651	784.446	1.134.132
	93.544.549	98.546.755	94.242.357
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	17.723.419	20.076.556	10.305.672
Depósitos de clientes	47.516.110	45.609.115	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	16.236.202	18.137.390	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	1.478.680	1.176.451	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.578.990	4.038.239	6.345.583
Derivados de cobertura	508.032	346.473	75.483
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	435.832
Provisões	246.100	235.333	233.120
Passivos subordinados	1.146.543	2.039.174	2.231.714
Passivos por impostos correntes	24.037	11.960	10.795
Passivos por impostos diferidos	2.385	344	416
Outros passivos	1.647.208	1.264.119	1.358.210
	89.107.706	92.935.154	88.329.609
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(11.422)	(81.938)	(85.548)
Prémio de emissão	71.722	192.122	192.122
Acções preferenciais	171.175	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(389.460)	(166.361)	93.760
Reservas e resultados acumulados	(1.241.489)	(1.868.780)	(1.326.491)
Lucro do exercício atribuível aos accionistas do Banco	(786.151)	344.457	-
	3.889.228	5.114.100	5.568.443
Interesses que não controlam	547.615	497.501	344.305
	4.436.843	5.611.601	5.912.748
	93.544.549	98.546.755	94.242.357